

OLHARES SOBRE A LÍNGUA NACIONAL NO BRASIL INDEPENDENTE

VIEWPOINTS ON THE NATIONAL LANGUAGE IN BRAZIL AS AN INDEPENDENT COUNTRY

Regina Pires de Brito

Universidade Presbiteriana Mackenzie
rhbrito@mackenzie.br

Maria Lúcia Marcondes Carvalho Vasconcelos

Universidade Presbiteriana Mackenzie
mlmcv@uol.com.br

RESUMO:

A consciência da diversidade linguística no âmbito dos países lusófonos vem sendo debatida tanto por filólogos e linguistas quanto por vários escritores. No entanto, essa discussão encontra respaldo no pós-colonialismo, marcado, dentre outros fatores, pela preocupação, nas ex-colônias, com o uso da variedade transplantada pela metrópole europeia e com o estabelecimento da “identidade” da língua nacional. No Brasil, esse movimento fortaleceu-se com o Romantismo, com manifestações a respeito da necessidade de se afirmar a nossa brasilidade, referindo-se ao “idioma”, “dialeto” ou “língua brasileira”. Destaque-se que na segunda metade do século XIX, tendo a maioria das “colônias” da América se tornado república, há uma tomada de consciência sobre as condições de nação e sobre a necessidade de afirmação da variedade americana de sua língua europeia. Neste artigo, recorrendo-se a dados históricos e historiográficos, recuperam-se dados do período em que se tem um embate entre a obediência às normas vindas de Portugal e o sentimento de nacionalidade do brasileiro, que já se manifestava linguisticamente com muitas particularidades.

PALAVRAS-CHAVE: história da língua portuguesa, brasilidade, variação linguística, estudos lusófonos

ABSTRACT:

Knowledge of linguistic diversity within the Portuguese-speaking countries debated both by philologists and linguists and by various writers. However, this argument finds support in post-colonialism, marked, among other factors, the concern, the former colonies, using the variety transplanted by European metropolis and the establishment of “identity” of the national language. In Brazil, this movement strengthened with Romanticism, with demonstrations of the need to assert our Brazility, referring to the “language”, “dialect” or “Brazilian language”. In this paper, making use of historical and historical data, time data recovered in what has been a clash between rules coming from Portugal and the feeling of nationality of the Brazilian, who has manifested itself linguistically with many peculiarities.

KEYWORDS: History of the Portuguese language, Brazility, linguistic variation, Lusophone studies.

Este artigo integra pesquisa em curso¹, fundamentada na Historiografia Linguística e nos Estudos Lusófonos, objetivando traçar o percurso histórico de textos (de natureza vária) que auxiliem no processo de constituição da ideia de lusofonia - conceito em construção e tema ainda polêmico em muitos círculos (cf. Brito, 2013). Para tanto, o recorte apresentado compreende alguns textos de autoria brasileira que tratam da “língua brasileira ou língua nacional” no período pós-independência, com breves descrições e/ou comentários, conforme a orientação de Altman (1998, p. 24) para a atividade historiográfica, que espera “[...] compreender os movimentos em história da ciência, [...] a partir de] uma atividade de seleção, de ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes [...] para o quadro de reflexão [...]” pretendido.

A questão da diversidade linguística geográfica (ou diatópica), especificamente no caso brasileiro, vem sendo discutida ao longo de nossa História por filólogos, lexicólogos, gramáticos, linguistas e escritores – essencialmente a partir do século XIX, quando se registram suas primeiras manifestações, buscando afirmar a brasilidade de nossa variedade diatópica – coincidindo com as aspirações do Romantismo (cf. ELIA, 1994) e com a necessidade, no Brasil independente, de formação do próprio Estado nacional. Nesse aspecto, encontramos diversos textos escritos por romancistas, poetas, críticos e polí-

1 Investigação desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa CNPq “Cultura e identidade linguística na lusofonia”.

ticos referindo-se ao “idioma”, “dialeto”, “língua” brasileira. Naturalmente, gramáticos e eruditos, por outro lado, “consideravam que só podíamos falar uma língua, a língua portuguesa, sendo o resto apenas brasileirismos, tupinismos, escolhos ao lado da língua verdadeira”, como lembra Orlandi (2005, p. 29).

Sobre essa questão, vale referir que a *Carta de Lei imperial de 15 de outubro de 1827*, assinada pelo Imperador Dr. Pedro I (que “manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”), determinava em seu Artigo 6º que se ensinasse a “gramática da língua nacional” (e não da língua portuguesa ou da língua brasileira – cf. Orlandi, 2005, s/p.):

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil².

Alerta-nos Barros (2008, p. 38) que, “[...] nesse contexto, a língua portuguesa no Brasil, antes considerada oficial, torna-se a língua da Nação Brasileira, ou seja, a língua do colonizador transforma-se na língua do colonizado”.

O historiador Rohloff de Mattos também refere que, do ponto de vista educacional, naquele momento de construção de uma identidade brasileira (ainda que sob a égide de um Imperador português), era importante a difusão da “língua nacional”:

[...] não se tratava mais de apenas ensinar a ‘ler, escrever e contar’, como acontecera nas escolas da Colônia. Tratava-se de difundir o mais amplamente possível a ‘língua nacional’, sua gramática incluída, de modo a superar as limitações de toda natureza impostas pelas falas regionais, e assim reproduzindo em escala mínima e individual o esforço gigantesco que, em escala ampliada, era desenvolvido pelos escritores românticos, Alencar à frente (MATTOS, 2004, p. 261)

Nessa direção, observar o título de algumas obras do período pode ajudar a entender a relevância dos debates sobre a afirmação identitária à época,

2 Lei de 15 de outubro de 1827, disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/LEIS/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso 24 de jun de 2015.

como por exemplo: o *Compêndio de gramática da língua nacional* (1835) e o *Compêndio de ortografia da língua nacional* (1848), de Antônio Álvares Pereira Coruja ou a *Nova retórica brasileira* (1860), de Antônio Marciano da Silva Pontes (grifos nossos).

Nesse mesmo período, em texto de 1825, o político José Bonifácio de Andrada e Silva estimula a criação de neologismos pelos brasileiros no país recém-independente: “Ousem, pois, os futuros engenheiros brasileiros, agora que se abre nova época no vasto e nascente Império do Brasil à língua portuguesa”³.

Dentre os escritores famosos, cita-se José de Alencar como o primeiro a chamar de “dialeto” o português falado no Brasil. Alencar deixou muitos artigos (essencialmente no período entre 1865 a 1875) defendendo a língua que usava em suas criações literárias: “Se a língua portuguesa não pode progredir, há de transformar-se para formar a língua brasileira. Negá-lo é negar o futuro do Brasil”⁴, ou quando afirma: “O dialeto brasileiro já se distingue do dialeto português: e cada vez essa distinção deve ser mais profunda – vivacidade – maior liberdade – não falta quem censure essa tendência do dialeto brasileiro de afastar-se de sua língua-mãe”⁵, ou ainda, no *post-scriptum* do romance *Diva* (1865): “A língua é a nacionalidade do pensamento, como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que as instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica anuncia a raça inteligente e ilustrada”.

Muitas polêmicas e discussões se sucederam, tendo ficado famosas a polêmica Alencar-Nabuco (1875) e a polêmica Alencar-Pinheiro Chagas, os vários textos que compõem a polêmica entre o brasileiro Carlos de Laet e o escritor português Camilo Castelo Branco, no último quartel do século XIX, e a polêmica Araripe Jr-Carlos de Laet.

É interessante verificar que, em fins do século XIX, o filólogo, historiador, jornalista e crítico João Ribeiro (1897 apud PINTO, 1978, p. 333-42) define *brasileirismo* como a “expressão que damos a toda casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa vernácula e a falada geralmente no Brasil” e coloca como prematura a opinião de quem vê tais divergências com o valor de dialeto:

Em rigor qualquer órgão social, qualquer classe, o indivíduo, a famí-

3 "Ode Primeira das Olímpicas de Píndaro. Advertência". Apud PINTO, E.P., 1978, p. 10.

4 PINTO, E.P., 1978, p. 144.

5 "A Língua Portuguesa no Brasil (plano)". Apud PINTO, E.P., 1978, p. 144.

lia, uma associação, a província, qualquer classe social, os médicos, os alfaiates, os criados, todos e cada um possui o seu dialeto, a sua pronúncia, a sua fraseologia própria. A unidade da língua consiste em que as pequenas diferenças individuais e mesmo as provinciais não destroem o principal fim da linguagem: a possibilidade da comunicação do pensamento. [...]. Esse critério basta para resolver a enfadonha questão que se tem chamado o dialeto brasileiro (RIBEIRO apud PINTO, 1978, p. 333-42).

O autor arrola, também, uma série de vocábulos com diferenciação do significado, concluindo que:

O léxico português adquiriu forças novas, ora ostensivas ora exclusivas, conservando a mesma forma exterior [...]. No entanto, força é confessar, isso não basta para a constituição e disciplina de qualquer língua culta, e a literatura brasileira tão cedo não deixará de ser um domínio da língua imortal de Camões. (RIBEIRO apud PINTO, 1978, p. 341-2)

Ainda segundo João Ribeiro (1933), o primeiro escrito teórico sobre os brasileirismos se deve ao Visconde de Pedra Branca⁶ - acrescenta-se que o texto foi publicado em Paris, em francês, entre 1824 e 1825, na *Introduction à l'atlas ethnographique du globe* (1826), obra organizada por Aldrien Balbi e que assim abre o texto do brasileiro: “Observation de M. le Baron de Pedra Branca, Ambassadeur de l'Empereur Du Brésil auprès de La cour de France, sur La langue portugaise sur les différences offertes par le dialecte brésilien compare au dialecte du Portugal”. Nesse texto, o político Pedra Branca acena:

Mais cette langue, transportée au BRÉSIL, se ressent de la douceur du clima et du caractere de sés habitants; elle a gagné pour l'emploi et pour les expressions dès sentiments tendres, et, tout em conservant son energie, elle a plus aménité. [...] A cette première différence, qui embrasse la généralité de l'idiome brésilien, il faut encore ajouter celle des mots qui ont changé tout-à-fait d'acception, ainsi que celle de plusieurs autres expressions qui n'existent point dans La langue portugaise, et qui ont été empruntées aux indigènes, ou qui ont été

6 Tânia Alkmin (2012) trata o referido texto do Visconde de Pedra Branca como “inaugural”, destacando a sua “compreensão da questão da diferenciação da variedade brasileira em relação à de Portugal, particularmente, no que diz respeito à diferenciação lexical” (p.21).

importées au Brésil par les habitants des différentes colonies portugaises d'outre-mer. (PEDRA BRANCA apud PINTO, 1978, p. 5-7).

Observe-se no trecho que o autor, após registrar a “doçura” do português transportado para o Brasil, utiliza a expressão “l’idiome brésilien”, provavelmente pela primeira vez na história da nossa língua. Em seguida, apresenta duas listas de palavras: a primeira *Noms qui ont changé de signification*, referindo-se a algumas palavras cujo significado no Brasil é diferente do de Portugal; a segunda, palavras usadas somente no Brasil, acompanhadas de seu significado a que denomina *Noms em usage au Brésil et inconnus em Portugal*⁷.

Em 1888, Sílvio Romero – crítico, ensaísta, folclorista, professor e historiador da literatura brasileira - fazendo um apanhado de estudos anteriores, procura justificar o uso do vocábulo dialeto⁷, para a variedade brasileira, partindo do pressuposto de que se “os brasileiros constituem uma subdivisão, bem distinta, na família lusitana; são uma nacionalidade nova, [...] e vão formando um povo que se não pode mais confundir com o povo português, [...] nossa língua caminha para tornar-se um dialeto”⁸. Informa, ainda, por meio de pequena lista de palavras, sobre as “modificações lexicológicas que a língua portuguesa tem sofrido na América”, salientando que algumas são “consistentes em mudança do sentido de algumas palavras” - como exemplo: trem - carruagem (Port.) bagagem, aparelho (Bras.)⁹. A seguir, passa ao estudo das alterações fonéticas e, mais adiante, Sílvio Romero faz uma abordagem das alterações sintáticas que a língua portuguesa sofrera, até então, no Brasil, referindo-se a outros estudiosos como Paranhos da Silva e Capistrano de Abreu. Registra, neste ponto, por exemplo, o uso da preposição a precedendo os infinitivos em Portugal (para exprimir o estado atual ou efeito progressivo e contínuo da ação) quando no Brasil se utiliza o gerúndio.

Em “Tradições populares - cantos e contos anônimos - Alterações da língua portuguesa no Brasil”¹⁰, Sílvio Romero retoma e sintetiza as ideias apresentadas anteriormente e conclui:

7 Utilizado anteriormente por Alencar, conforme citamos, Teófilo Braga (no seu Manual de História da Literatura Portuguesa), Macedo Soares e criticado por Pacheco Junior e Paranhos da Silva, entre outros.

8 In: "Transformação da língua portuguesa na América". Apud PINTO, E.P., 1978, p. 291-3.

9 Note-se que os exemplos arrolados pelo autor serão os mesmos apresentados por João Ribeiro em 1889, no Dicionário Gramatical. Em ambos os casos os exemplos foram retirados de Paranhos da Silva em O idioma do hodierno Português comparado com o do Brasil.

10 apud PINTO, E.P.(1978: 313-7).

As alterações da língua portuguesa na América são um objeto interessante de estudo. [...] A língua portuguesa, cuja origem, fosse qual fosse, não vem aqui a propósito indagar, era falada por um pequeno povo da Europa. No século XVI, descoberto o Brasil, passou ela com os colonos a este solo. A corrente bifurcou-se, portanto. [...] A língua não é hoje em Portugal a mesmíssima de 1500; não é também no Brasil. Acresce que, não sendo as modificações feitas de acordo entre os dois países, o que seria por natureza impossível, o português do Brasil difere hoje muito do de Portugal. É isto um fato orgânico do desenvolvimento linguístico. (ROMERO apud PINTO, 1978, p. 315-6).

No início do século XX, o professor Eduardo Carlos Pereira, na sua *Gramática Histórica*, afirma que as diferenças no léxico, na prosódia e na sintaxe vão acentuando as linhas divisórias entre o português do Brasil e o de Portugal:

seguindo a sua trajetória dialetal, o português, no Brasil, vai-se distanciando do de Portugal, (...) não só no léxico, mas ainda nos vários domínios da gramática. (...) Apesar, porém, dessas evoluções divergentes, a língua portuguesa continuará a ser o vínculo moral entre os dois povos irmãos” (PEREIRA apud PINTO, 1978, p. 313-7).

Virgílio de Lemos, em *A língua portuguesa no Brasil* (1916), recupera as observações de Sílvio Romero ao informar que as questões sobre as transformações da língua portuguesa no Brasil são problemas de linguística e de etnologia e, portanto, não deveriam ser abordadas sob uma perspectiva subjetiva e partidária como o fizeram José de Alencar (que dizia ser o “genuíno português” o falado no Brasil) e por Paranhos da Silva (quando declara que nós conservamos a “pureza da língua deturpada” em Portugal). Lemos afirma ser de competência do linguista o estudo teórico das modificações e das alterações sofridas pela língua portuguesa “na boca do povo brasileiro; e do gramático, a incorporação das modificações “inevitáveis e razoáveis” ao organismo da língua.

Com o movimento Modernista e, em certa medida, com o resgate do nacionalismo Romântico, muitos intelectuais assumem abertamente a defesa de uma “língua brasileira”: Mário de Andrade, (1922) ao declarar no seu *Prefácio Interessantíssimo*: “escrevo brasileiro” e afirmar que “A língua brasileira é das mais ricas e sonoras” ou, ainda, com sua inacabada *Gramatiquinha da fala brasileira*; Menotti Del Picchia (1928) em sua *República dos Estados Unidos do Brasil*: “É assim nascente, / ágil, acrobática, sonora, rica e fidalga, / ó mi-

nha língua brasileira”. Também o historiador da ciência, educador, radialista e antropólogo Roquette-Pinto, nos *Ensaio de Antropologia Brasileira*, trata da questão ao falar do “brasiliano”.

Nesse período, Monteiro Lobato começava igualmente a sonhar com uma língua “nossa”, *porque a língua pátria já não é propriamente a língua lusa de Portugal – é a sua filha brasileira* (MONTEIRO LOBATO, 1921a, p. 78). Esta preocupação com a dimensão brasileira da língua portuguesa culminará com a *brasilina* – denominação usada, pela primeira vez, em 1922, ao comentar *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral: “E a velha língua-mãe, que cá vige mas não viça, abdicará de vez na filha espúria que hoje renega, e desconhece, e insulta como corruptora da pureza importada. [...] E sinhazinha Brasilina não tem pressa” (MONTEIRO LOBATO, 1921b). A idéia da brasilina reaparecerá em *Emília no país da gramática* (1933):

A parte de lá – explicou o rinoceronte – é o bairro antigo, onde só existiam palavras portuguêsas. Com o andar do tempo essas palavras foram atravessando o mar e deram origem ao bairro de cá, onde se misturaram com as palavras indígenas locais. Desse modo formou-se o grande bairro da Brasilina. (MONTEIRO LOBATO, 1973, p. 14).

De outro lado, aparecem aqueles que defendem a unicidade da língua portuguesa, como o advogado e historiador Aureliano Leite (1935) que asseverava: “o que caracteriza a diferenciação entre dois idiomas não é um punhado de divergências no vocabulário usual. É a estrutura dos mesmos. [...] O instrumento geral de expressão do sentir e do pensar dos brasileiros é a língua portuguesa. A língua brasileira é a língua portuguesa”¹¹ ou nas palavras do Ministro da Educação (de 1937 a 1945) Gustavo Capanema (1941):

Cumprir não desconhecer que a língua portuguesa, como qualquer outra língua de alcance universal, apresenta, nos diferentes grupos humanos que a falam, peculiaridades prosódicas e divergências sintáticas. [...] Mas a verdade é que, nos seus elementos vocabulares e nos princípios de sua construção, permanece uma língua portuguesa¹². (CAPANEMA apud PINTO, 1981, p. 467).

11 "Língua brasileira? Não, língua portuguesa." Apud PINTO, E.P., (1981, p.323-50).

12 "Unidade da língua portuguesa". Apud PINTO, E.P. (1981, p. 467).

Em *O problema da língua brasileira* (1940), Sílvio Elia apresenta uma visão crítica dos estudos linguísticos feitos até então e de alguns brasileiros que se dedicaram ao problema da língua nacional; paralelamente, trata dos conceitos de linguagem, língua, dialeto, falares, cultura e civilização, dedica, ainda, um capítulo aos “fatos linguísticos”, além de outros tantos capítulos destinados à Linguística enquanto ciência, suas vertentes e seus grandes mestres. Ao longo dessas explanações é que vai lançando alguns elementos que configuram a questão central de sua obra: existe ou não uma língua brasileira? Em meados do livro, sentencia: “a questão que ora nos ocupa, da existência da língua brasileira como problema essencialmente de língua é um problema sociológico” (p. 80). Já se encaminhando para a conclusão, afirma: “a constituição de uma língua brasileira, como língua de cultura ou de civilização, que é só a que nos pode interessar, só se daria por uma rutura com o Ocidente” (p. 161). Por fim, partindo do pressuposto de que as línguas são produtos/resultados da cultura, e que a língua não é instrumento de cultura (alma), mas sim de civilização (intelecto), Sílvio Elia conclui pela “unidade linguística entre Portugal e Brasil” (p. 165).

Homero Senna (1953), entrevistando Souza da Silveira, questiona a existência da língua brasileira, recebendo como resposta um NÃO bem explicado: “o que existe é a modalidade brasileira da língua portuguesa (SENNA, 1953, p. 24). Indagado a respeito da possibilidade de formar-se uma língua brasileira à semelhança do que aconteceu com as línguas românicas derivadas do latim, Souza da Silveira explicou tratar-se de fenômenos diversos, uma vez que,

desaparecido o poder central no Império Romano do Ocidente, o latim vulgar dos territórios romanizados ficou sem o freio da antiga unidade e as forças diferenciadoras puderam, então, atuar livremente. Note que esse latim não se escrevia, era apenas falado [...] O caso do Brasil é outro: desde os nossos primeiros tempos, a língua portuguesa aqui se ensinava e se escrevia (SENNA, 1953, p. 24-5).

Em 1946, uma Comissão composta pelos professores, escritores e jornalistas: Macedo Soares, Cláudio de Sousa, Souza da Silveira, Gal. Francisco Borges de Oliveira, Júlio Nogueira, Clóvis Monteiro, Pedro Calmon, Azevedo do Amaral, Leonel Franca, Gustavo Capanema, Gilberto Freyre e Affonso de Taunay, apresentam ao Ministério da Educação e Saúde o relatório “Sobre a língua nacional” (1946). Nele, os estudiosos opinam sobre a “denominação do idioma nacional”; temos, assim, um documento que procura justificar que a denominação do idioma nacional do Brasil continue a ser Língua Portuguesa.

Para tanto, a Comissão valeu-se de um breve retrospecto histórico e de algumas considerações linguísticas, concluindo:

Os estudos linguísticos, sérios e imparciais, aplicados ao Brasil, fazem-nos concluir que a nossa língua nacional é a portuguesa, com pronúncia nossa, algumas leves divergências sintáticas em relação ao idioma atual de além-mar, e o vocabulário enriquecido por elementos indígenas e africanos e pelas criações e adoções realizadas em nosso meio. [...] Não há dicionário português-brasileiro, nem brasileiro-português¹³; a gramática da língua nacional do Brasil é a mesma gramática portuguesa”¹⁴.

Apesar de podermos apontar trabalhos específicos sobre a variedade brasileira do português até 1960, como *O problema da língua brasileira* (1940), de Sílvio Elia; *A língua do Brasil* (1946), de Gladstone Chaves de Melo; *Capítulos de história da língua portuguesa no Brasil* (1937), *Diferenciação e Unificação do Português no Brasil* e *Capítulos de História da Língua Portuguesa no Brasil* (ambas de 1946), *Introdução ao estudo da língua portuguesa do Brasil* (1950), *A Língua Portuguesa no Brasil* (1960), de Serafim da Silva Neto - e uma série de outras obras que tratam ora de brasileirismos, ora de lusitanismos -, estudos sistemáticos dessas diferenças ainda merecem atenção (atualmente, mais ainda, com a necessidade de descrição das normas do português utilizados nos países lusófonos, além do eixo Brasil-Portugal).

Também do ponto de vista do sistema educacional, vale ressaltar as mudanças que, a partir de 1950, começam a tomar corpo na escola brasileira. Por força da “[...] crescente reivindicação, pelas classes populares, do direito à escolarização, democratiza-se a escola e já não são apenas [...] os filhos da burguesia, que povoam as salas de aula, são também os filhos dos trabalhadores” (SOARES, 2002, p. 166-7)¹⁵. A chegada, ao sistema educacional, de um maior número de alunos e com perfis variados, é acompanhada de um novo perfil de

13 Mais recentemente, encontramos alguns, dentre eles: o Dicionário Contrastivo Luso-Brasileiro, de Mauro Villar (1989); o Dicionário Lusitano-Brasileiro, de Eno Teodoro Wanke e Roldão Simas Filho (1991); o Schifaiçfavoire: Dicionário de Português, de Mario Prata (1993).

14 Texto reproduzido em SENNA, 1953, p. 42-3.

15 Ainda que façamos restrições ao termo “democratização” da escola, por considerarmos que apenas a ampliação da oferta de vagas às classes populares não se configure como um processo democrático se este não for acompanhado de um cuidado com a qualidade do ensino ofertado, esta questão não será aqui explorada para não fugirmos ao escopo do presente artigo.

professores. Estes passam a ser em número igualmente maior, mas sua formação torna-se mais rápida e aligeirada para atender à expansão da demanda. Por outro lado, também é ampliada a gama de perfis desse profissional docente, agora recrutado em todas as camadas sociais. Com a crescente desvalorização profissional do professor, as camadas sociais mais privilegiadas desinteressam-se por essa carreira e as camadas populares começam a responder por uma necessidade social gritante: a de se ter professores para as escolas dos diferentes níveis e sistemas de ensino de todo o país.

Considerando a distinção entre *sistema* – a língua portuguesa na sua generalidade – e *norma* – as variedades dessa língua (diatópicas, diafásicas e diastráticas) evidenciam, conforme Coseriu (1979, p. 79), o funcionamento da linguagem, “a atividade linguística, que é, ao mesmo tempo, criação e repetição (re-criação), dentro do padrão e segundo as coordenadas do sistema funcional (isto é, do que é imprescindível para que a linguagem cumpra sua função); movimento obrigado e movimento livre, dentro das possibilidades oferecidas pelo sistema”. Desse modo, as inovações linguísticas, trazidas aos bancos escolares por essa nova gama de estudantes oriundos das camadas até então excluídas da educação escolar no país, não modifica, no entanto, a dinâmica de ensino de Língua Portuguesa.

[...] a língua continua a ser considerada *como sistema* cuja gramática deve ser estudada como expressão para fins retóricos e poéticos [...] e os professores continuam pautados no ensino *sobre* a língua. Além disso, como muitos dos então profissionais de ensino não fazem mais parte da elite intelectual, alteram-se os manuais didáticos: ao lado de conhecimentos acerca da gramática e texto para leitura, incluem-se exercícios. Tira-se, portanto, a responsabilidade de o professor elaborar seus exercícios, preparar as suas aulas (BARROS, 2008, p. 40-41).

As discussões que permearam a intelectualidade brasileira no sintético recorte neste artigo apresentado conduzem a pensar, também e forçosamente, na situação da escola brasileira, como adverte em “Aula de português”, o poeta Carlos Drummond de Andrade (que foi, também, assessor do citado ministro Gustavo Capanema):

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.

A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que ela quer dizer?

Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, esquipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, seqüestram-me.

Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.

O português são dois; o outro, mistério.

Ao tratar das diferenças entre os usos linguísticos cotidianos (o “português” de casa e da vida) e a rigidez das normas da gramática tradicional (o “português” da escola), o poeta dá margem para questões e discussões que se sucedem em nosso país, envolvendo as políticas linguísticas estabelecidas oficialmente. Para isso, um olhar investigativo e reflexivo para e sobre o passado, e que transite das telas políticas e acadêmicas para o espaço público, faz-se necessário para a compreensão da realidade linguística e educacional que ainda hoje nos inquieta.

REFERÊNCIAS

- ALKMIN, Tânia. (2012) Um texto inaugural: o Visconde da Pedra Branca e o português do Brasil. *Stockholm Review of latin american studies*. No. 8, march 2012. p. 21-33.
- ALTMAN, Maria Cristina. *Pesquisa Linguística no Brasil (1500-1889)* – São Paulo: Humanitas/FFL/CH/USP, 1998.
- BRITO, Regina Pires de *Língua e identidade no universo da lusofonia. Aspectos de Timor-Leste e Moçambique*. São Paulo: Terracota, 2013.
- BARROS, Maria Emília R. A. B. A língua portuguesa na escola: percurso e perspectiva. *Interdisciplinar*. Revista de estudos de língua e literatura, 2008, v. 6, n. 6. Itabaiana – SE: UFS.

- COSERIU, E. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- ELIA, Silvio. “Portugiesisch Brasilianisch – O português do Brasil”, in *Lexicon der Romanistischen Linguistik*. Herausgegeben von. Edité par Gunter Holtus, Michael Metzertlin. Christian Schmitt Band / vol. VI, 2 – Galegisch, Portugiesisch (Gallego, Português), pp. 559-575, Max Niemeyer Verlag. Tübingen-1994.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MONTEIRO LOBATO, José Bento. “Gramática portuguesa”. In: *Crítica e outras notas*. São Paulo: Brasiliense, 1921a.
- _____. *Onda verde*. São Paulo: Brasiliense, 1921b.
- _____. *Emília no país da gramática*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ORLANDI, Eni P. A língua brasileira. *Ciência e Cultura (online)*, São Paulo, v. 57, n. 2, junho, 2005. p. 29-30. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso 02 jul. 2015.
- PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. De 1820 a 1920*. V. 1. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- _____. Panorama: a língua do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 22. São Paulo, IEB/USP, 1980, p. 27-33.
- _____. *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. De 1920 a 1945*. V. 2. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In. BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

Recebido em 20 de julho de 2015.

Aceito em 10 de setembro de 2015.